
**9ª. Reunião preparatória do Comitê de Acompanhamento do
TAC do caso Hydro**

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, às 14h30, de forma virtual, por meio da plataforma Zoom, realizou-se a 9ª Reunião preparatória do Comitê de Acompanhamento do TAC da Hydro. Participaram da reunião os seguintes membros do Comitê: Procurador Ricardo Augusto Negrini (Ministério Público Federal), membro titular; José Edson Maciel (Alunorte Alumina do Norte do Brasil S/A), membro titular; Eduardo Romano Bustamante (Norsk Hydro Brasil), membro titular; Marcos Lobato (Sindquímicos), membro titular; Vera Nascimento (Sociedade Civil – Região de Interesse 1 – Comunidades Quilombolas e Tradicionais), membro suplente; Jackeline Sales (Sociedade Civil – Região de Interesse 2), membro titular. Além destes participantes, representando a Secretaria Executiva do Comitê, estavam as seguintes pessoas: Edane França Acioli, Lanna Beatriz Lima Peixoto e Daltro Paiva (IEB). Os membros Juliana Nobre (Secretária de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Barcarena - PMB), membro titular; e Marcelo Moreno (Representante da SEMAS), membro suplente, não puderam participar desta reunião e justificaram ausência por conta de um evento que contava com a participação destes membros em Barcarena no mesmo horário. Os membros presentes receberam a formalização do convite via e-mail expedido pela Secretaria Executiva do Comitê, em 28 de setembro de 2020, onde também constava a data e pauta desta reunião, aprovada durante a reunião do dia 27 de agosto de 2020. Dando início aos trabalhos, é declarada a Abertura da 9ª Reunião do Comitê de Acompanhamento do TAC. Adentra-se no primeiro ponto de pauta: **1) Temas ordinários. 1.1) Aprovação da ATA da Reunião do dia 27.08.2020.** Edane Acioli informa que houve um acréscimo de inclusão de texto por Jackeline Sales e um pedido de revisão de texto de Eduardo Bustamante. Os membros decidem pela aprovação da Ata com a revisão sugerida por estes membros. Em seguida, passa-se ao item **1.2) Leitura dos encaminhamentos pendentes da última Reunião do CA.** O primeiro encaminhamento pendente tratado foi o **1.2.1 Entrega dos pareceres sobre os Termos de Referência pela Semas.** No dia 17 de setembro, a Semas comunicou ao IEB a conclusão de três notas técnicas referentes aos Termos de Referência dos itens 2.1, 4.1 e o 5.1 do TAC, e o envio das notas aos signatários. Sobre este ponto, Ricardo Negrini esclarece que os Termos de Referência para contratação de auditorias foram analisados pelas partes signatárias, e os últimos membros a emitirem parecer sobre os documentos foi a Semas por meio de uma primeira avaliação de dois técnicos indicados pela instituição à composição do Comitê Técnico e, de uma segunda avaliação feita pelo corpo técnico da própria Semas. Nesta segunda análise foram elaboradas notas técnicas que não trazem aprovações, mas, sugerem algumas alterações nos Termos de Referência para as auditorias. Com isso, as partes signatárias deverão realizar análises dessas notas técnicas para avaliação da pertinência das alterações propostas. Os

componentes do Comitê Técnico serão os responsáveis por essa análise para posterior aprovação formal dos Termos. Ricardo Negrini espera que haja celeridade nesta aprovação. Jackeline Sales questiona quanto tempo levará a avaliação do Comitê Técnico e se é possível uma conversa entre os signatários para agilizar este processo de aprovação dos Termos de Referência. Ricardo Negrini esclarece sobre o processo de avaliação dos Termos no interior da Semas e reforça que espera que as sugestões sejam aprovadas pelos membros e, logo os Termos sejam publicados. Eduardo Bustamante destaca que a Hydro também tinha expectativas de que os Termos fossem aprovados integralmente pela Semas, mas, como isto não ocorreu, a empresa espera pela celeridade deste processo e, por isso foi marcada uma reunião entre os signatários para maior diálogo entre as partes e tratamento desse tipo de questão. O próximo encaminhamento pendente tratado foi o **1.2.2 Envio de sugestões ao plano de aplicação do recurso das multas no FEMA pelos membros do Comitê de Acompanhamento à Semas, que irá sistematizar e apresentar ideias iniciais de composição do Plano de Aplicação**. Sobre este assunto, fica encaminhado que continua aberto o prazo para envio de sugestões para o Plano de Aplicação. Edane Acioli informa que será feita uma capacitação com os membros da sociedade civil para tratamento desta questão. Sobre o ponto **1.2.3 Adaptação da apresentação da Práxis pela Hydro para veiculação junto às comunidades**. A Hydro compartilhou uma proposta de peça de comunicação com os membros no dia 10 de setembro de 2020. Alguns membros encaminharam comentários sobre a peça, ficando pendente o status de aprovação final. Jackeline Sales sugere que seja trabalhado com as duas produções de vídeo desenvolvidas, a do IEB e a da Hydro. Ela reforça que seguem intensas as demandas das comunidades pelo retorno das atividades da Práxis, o que torna necessário não só a veiculação de informações, como uma avaliação do próprio retorno das atividades da Práxis. Jackeline Sales solicita que seja dada uma resposta sobre as questões colocadas por ela em relação ao vídeo apresentado pela Hydro. Jackeline Sales justifica sua insatisfação com a produção da peça de comunicação, pontuando os elementos negativos ao vídeo apresentado pela Hydro. A representante da sociedade civil também expôs queixas das comunidades com relação ao adiamento das atividades da Práxis e dúvidas com relação à prestação de contas da empresa, já que ela está sendo paga, mas, não está desempenhando suas atividades. Finaliza sua fala com um pedido de esclarecimentos sobre a avaliação do retorno das atividades da Práxis que seria feito mensalmente pelo MPF. Ricardo Negrini informa a respeito do retorno das atividades da Práxis. Explica que foi acordado entre os signatários que o pedido de adiamento das atividades é feito a cada trinta dias pela Práxis e avaliado pelas Partes do TAC com base na análise da legislação do município, do estado e a situação dos hospitais em relação aos leitos ocupados por pacientes com covid-19. No final de setembro, a Práxis solicitou mais 30 dias de adiamento em razão da natureza do trabalho, que envolve mais de cem pessoas em atividade de campo em contato direto com as comunidades, levando em consideração que as regras estaduais e municipais, ainda são restritivas com relação a atividades desse porte. O adiamento foi aprovado pelas partes signatárias. Ricardo Negrini considera que este retorno não é compatível com o posicionamento do Ministério Público com relação à covid-19, já que a pandemia não acabou. Ele informa que a Práxis não elaborou um plano alternativo para a

realização do trabalho no período de pandemia porque não foi contratada nestes termos. Negrini demonstra sua preocupação com a extensão do adiamento do trabalho e diz que a sua intenção é que ele seja retomado até o final deste ano. Com relação à peça de comunicação com o conteúdo da apresentação da Práxis, Ricardo Negrini explica que a situação gerou problemas em virtude da ausência de acordos prévios sobre a divulgação do conteúdo das apresentações feitas dentro das reuniões do CA e sobre a política de comunicação do próprio Comitê de Acompanhamento. Assim, a Hydro não desenvolveu a apresentação com linguagem apropriada para ser difundida às comunidades sem a devida explanação sobre o tema. Tendo em vista esta situação, **os signatários acordaram em reunião que todo e qualquer conteúdo que vier a ser apresentado no Comitê de Acompanhamento pelas partes será público e poderá ser divulgado.** Caso seja um documento de caráter sigiloso, isso deverá ser comunicado para que o conteúdo não seja divulgado. Como isto não estava claro naquele momento, será aberta uma exceção para a não divulgação da apresentação que a Práxis fez durante a 3ª reunião do CA. Ricardo Negrini explica, ainda, que não é função do Comitê de Acompanhamento e da Secretaria Executiva criar peças de comunicação sobre os assuntos do TAC, somente acerca do próprio Comitê de Acompanhamento. **Ricardo Negrini solicita que sejam registradas as críticas à peça apresentadas por Jackeline Sales, e que seja levado à Hydro para análise e posteriormente será acordado entre as partes signatárias a divulgação ou não do material.** Marcos Lobato comenta sobre o adiamento das atividades da Práxis em virtude do cenário de pandemia, lembrando que o município de Barcarena está há três meses com estabilidade no número de casos. Ele questiona se foi feito algum tipo de levantamento sobre a situação no município e se é possível disponibilizar o parecer da prefeitura de avaliação do cenário da pandemia. Ele demonstra preocupação com a decisão pelo adiamento, considerando a estabilidade da situação da pandemia e a demanda das comunidades pela terceira fase do cartão-alimentação. Ricardo Negrini informa que o Secretário Adjunto da Semas, Rodolpho Bastos, disse que consultaria a prefeitura de Barcarena sobre o cenário da pandemia no município para, posteriormente, emitir parecer sobre a suspensão das atividades da Práxis, depois desse contato, o Secretário deu parecer favorável ao adiamento, daí presume-se que foi verificado que ainda há motivo para adiar novamente o trabalho. **Ricardo Negrini se compromete a verificar com a Hydro e com a Práxis a fundamentação do pedido de adiamento das atividades e enviar por e-mail aos membros do Comitê de Acompanhamento.** Jackeline Sales pergunta se é possível estabelecer prazos para o retorno de demandas, como a produção do material de comunicação sobre as atividades da Práxis, considerando que o tempo de retorno tem sido extenso, o que dá morosidade ao tratamento das ações. Ricardo Negrini diz que esta demora tem sido prejudicial ao encaminhamento das questões, porém, o prazo deve ser estabelecido entre as partes signatárias. Vera Nascimento diz que a pandemia vem sendo registrada como em situação amarela em Barcarena, assim, sugere a retomada das atividades de forma presencial, pela dificuldade de acesso à internet. Acredita que é possível o retorno a campo pela Práxis para dar continuidade aos trabalhos, pois, as atividades presenciais em Barcarena já foram retomadas. Ricardo Negrini diz que o MPF pode sugerir que os trabalhos da Práxis sejam retomados no final de outubro, iniciando com um

planejamento para retorno a campo em novembro, caso seja confirmada a estabilidade da situação da pandemia no município pela Prefeitura e pelas autoridades de saúde. Em seguida, passou-se ao próximo ponto de pauta: **2) Estruturação e funcionamento do Comitê de Acompanhamento, 2.1) Regimento Interno do CA.** Dando início a este tema, Edane Acioli lembra que o IEB ficou responsável por enviar um documento contendo os Parágrafos Segundo, Terceiro e Quarto do **ARTIGO 4º. DA ESTRUTURAÇÃO DE FUNCIONAMENTO** do Regimento Interno para discussão dos membros, via e-mail. Houve contribuições para estes três parágrafos que foram enviadas por Jackeline Sales, trazendo comentários da sociedade civil. Iniciando as discussões sobre o **Parágrafo Segundo**, Edane lê as contribuições apresentadas pelos membros da sociedade civil via e-mail, de que concordam com as sugestões de revisão e de inclusão ao parágrafo trazidas pela Hydro ao Regimento. No entanto, sugerem a alteração do trecho em que se lê: “que interagirá com os representantes das Partes Signatárias do TAC”, que seja substituído por: “que interagirá com todos os membros”. Pois, segundo o entendimento da sociedade civil, a Secretaria Executiva deve interagir com todos os membros do Comitê para promover o seu funcionamento, não somente com os representantes das partes signatárias do TAC. Ricardo Negrini defende que seja excluído este trecho, da mesma forma, argumenta que não haveria necessidade de incluir que a Secretaria “interagirá com todos os membros”, tendo em vista que esta interlocução já havia sido prevista em sua criação. Ricardo Negrini entende que a Hydro tenha trazido esta questão ao regimento em virtude de constar no TAC a informação sobre a composição da Secretaria Executiva por representantes das partes signatárias. Ele informa que o MPF já avaliou este trecho do TAC com as Partes e se posicionou de forma contrária, porém, como é uma composição prevista no TAC, a empresa poderá incluir um representante na Secretaria. Dando prosseguimento à discussão sobre este parágrafo, Ricardo Negrini faz uma intervenção acerca do trecho “influenciar qualquer tipo de decisão”, proposto dentro de uma das atribuições da Secretaria Executiva, ele entende que o IEB, ou quem assumir esta função de secretaria do CA, vai, pode e deve influenciar as decisões, pois, tem a função de atuar como capacitadores, qualificadores junto à sociedade civil, agindo no compartilhamento de informações que podem influenciar decisões. Concorda que é necessário ter imparcialidade enquanto Secretaria Executiva, porém, influenciar faz parte do trabalho de qualificação e capacitação. Dessa forma, sugere que esse trecho seja excluído da redação. O procurador também propõe a retirada da parte final do texto: “qualidade na execução do objeto deste TAC”, em virtude desta atribuição não ser da Secretaria. O texto acordado entre os membros para este parágrafo foi: **“Parágrafo Segundo - O Comitê de Acompanhamento do TAC terá uma Secretaria Executiva com os objetivos de promover o funcionamento qualitativo do Comitê de Acompanhamento do TAC e de promover a participação qualificada dentro do Comitê de Acompanhamento do TAC. A Secretaria Executiva terá as seguintes atribuições: a) organizar as informações referentes ao cumprimento do TAC; b) receber reclamações relativas ao cumprimento do TAC; c) realizar mobilização social nas comunidades de Barcarena e entorno para a seleção de representantes da sociedade civil para a composição do Comitê de Acompanhamento. d) convocar reuniões públicas periódicas para exposição às comunidades do cumprimento do TAC; e) lista de presença dos membros em cada**

reunião, pelo registro fotográfico durante as reuniões, pelo controle e armazenamento de peças e documentos referentes ao Comitê de Acompanhamento; f) Realizar mediação e facilitação de maneira imparcial garantindo celeridade e qualidade dos serviços”. O seguinte trecho proposto pela Hydro: “g) A Secretaria Executiva aplicará integralmente os recursos na consecução, manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos, por meio de instrumentos legais pertinentes, que permitam o máximo de transparência para os membros deste Comitê” foi retirado deste parágrafo segundo, pois, foi consenso entre os membros que esta não seria uma atribuição, mas, um princípio da Secretaria Executiva. **Ficou acordado que o IEB irá elaborar uma proposta de novo parágrafo para avaliação dos membros.** Dando prosseguimento, Daltro lê a proposta de revisão na redação do **Parágrafo Terceiro** sugerida pelos membros da sociedade civil. Após pequenas revisões em palavras, os membros concordam com a aprovação do seguinte texto: **“Parágrafo Terceiro - A participação dos membros dentro do Comitê de Acompanhamento não será remunerada. Cada um dos sete (07) membros que representam uma organização, Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado do Pará, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), Alunorte Alumina do Norte do Brasil S/A, Norsk Hydro Brasil Ltda., Prefeitura Municipal de Barcarena (PMB) e Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Química de Barcarena (SINDQUIMICOS), arcará com os custos referentes à participação de seu representante no Comitê de Acompanhamento.** Os membros seguem para a discussão sobre o **Parágrafo Quarto**. Daltro Paiva faz a leitura das propostas de revisão ao texto original feitas pela Hydro e pela Sociedade Civil. Em seguida, Edane Acioli informa que a Sociedade Civil enviou comentários via e-mail para o parágrafo com a sugestão de manter o texto original com o acréscimo do trecho sugerido pela sociedade civil. De acordo com os membros da Sociedade Civil, esta proposta tem objetivo de enfatizar o papel da Secretaria Executiva em garantir a participação da sociedade civil nas reuniões Comitê de Acompanhamento, seja de forma remota ou presencial. Para estes membros, a revisão proposta pela Hydro destaca a questão da “não remuneração dos membros” do Comitê de Acompanhamento, que já é uma informação inserida no item 8.3 do TAC. Por isso não seria necessário constar no Regimento Interno. Além disso, os membros representantes das comunidades argumentam que não há necessidade de incluir o trecho “sem custos adicionais aos já previstos no contrato”, pois esta questão se refere ao contrato do IEB e não deveria estar dentro do Regimento Interno do Comitê. Jackeline Sales defende que seja especificado neste parágrafo que o IEB desempenharia o serviço de Secretaria Executiva. Ela demonstra preocupação com o prolongamento da implementação do TAC para além do período previsto em contrato para execução do serviço pelo IEB, e, inclusive, da própria instância de acompanhamento das obrigações. Jackeline Sales acrescenta que, mesmo que não seja possível citar o IEB, é necessário inserir no documento o perfil da instituição responsável pela Secretaria Executiva a fim de garantir que este trabalho seja exercido por uma organização condizente com a natureza do trabalho, que conheça e tenha experiência de trabalho com a realidade local e com as formas de organização da sociedade civil em Barcarena. Para ela, isto garante a própria continuidade do IEB na execução deste serviço. Eduardo Bustamante corrobora dizendo que as discussões que estão no âmbito

do contrato firmado entre Alunorte e IEB devem ser mantidas fora do Regimento. Com relação à fala de Jackeline sobre a possibilidade de substituição do IEB por outra entidade, Eduardo Bustamante reforça que não há esse debate dentro da Hydro. Ele concorda que seja suprimido o trecho sobre a “não remuneração dos membros”, em virtude de já fazer parte do texto do TAC. Ricardo Negrini concorda com o texto proposto pela sociedade civil, porém, sobre a questão do perfil da Secretaria Executiva, apesar de entender sua pertinência, ele explica que não caberia dentro deste parágrafo. **Sugere que seja construído um novo parágrafo com o detalhamento do perfil para avaliação dos membros.** Marcos Lobato, sobre a garantia de acesso da sociedade civil às reuniões, sugere a doação de computadores pela Hydro aos membros das comunidades. Edson Maciel lembra que o acesso dos membros da sociedade civil às reuniões virtuais é algo que está sendo objeto de discussão contratual entre IEB e Alunorte, no que diz respeito ao remanejamento de atividades e adequação de alguns pontos frente ao cenário de pandemia. Eduardo Bustamante reforça que o funcionamento do Comitê de Acompanhamento, com sua secretaria executiva, é uma obrigação do TAC e a empresa tem a responsabilidade de executar esta obrigação. Em outras reuniões entre as partes signatárias, tem-se buscado ajustar o contrato à realidade, como aos problemas impostos pela pandemia de covid-19. Eduardo Bustamante **solicita que seja registrado em ata que o Comitê de Acompanhamento pede atenção à empresa e às partes signatárias à necessidade de garantir o acesso dos membros da sociedade civil às reuniões frente a questões de força maior.** Após os debates, o seguinte texto proposto pelos membros da Sociedade Civil, com uma revisão textual consolidada pelo procurador Ricardo Negrini a partir dos consensos e sugestões dos membros, foi aprovado: **“A Secretaria Executiva é responsável pelo apoio à participação dos representantes da Sociedade Civil para garantir a participação efetiva nas atividades do Comitê de Acompanhamento do TAC, incluindo logística de transporte e alimentação, e outras formas que se fizerem necessárias para a plena participação presencial, semipresencial ou virtual”.** Finalizando esta pauta, os membros acordaram **que os parágrafos quinto, sexto, sétimo, oitavo e nono do Artigo 4º serão organizados e enviados por e-mail com o mesmo formato apresentado pelo IEB durante a reunião, para análise e discussão dos membros via e-mail.** No último ponto de pauta, **O que Ocorrer**, Edane Acioli, informa que Jackeline Sales enviou por e-mail, uma proposta de retorno de pautas duplas para a 10ª Reunião do Comitê de Acompanhamento. Como pontos de pauta, ela sugeriu: **i) Atualização do item 2.1.4 do TAC (Investimento de até R\$5 milhões na criação e implantação de sistemas alternativos de tratamento e distribuição coletiva de água potável), incluindo um retorno sobre a análise de viabilidade e equilíbrio econômico-financeiro do projeto e o convite à participação de um representante da empresa Águas de São Francisco ou da Agência Reguladora para explanação sobre o cronograma de investimento enviado pela Prefeitura de Barcarena ao CA; ii) Continuidade da discussão sobre o Regimento Interno.** A proposta de Jackeline Sales foi aprovada. Eduardo reforça a sugestão de se manter como pauta principal a continuidade da discussão sobre o Regimento Interno. **Ricardo Negrini diz que o MPF se compromete com o convite à Agência Reguladora de Barcarena para a participação na próxima reunião do CA.** O procurador informa ainda sobre o item

2.1.4 do TAC, que a Agência Reguladora iria fazer o estudo do equilíbrio econômico-financeiro, mas, há um mês informou que não o fará. Assim, a demanda foi repassada para o Comitê Técnico do TAC, que iniciou recentemente este estudo, agrupando documentos para a análise. Jackeline Sales relembra que a Hydro informou em outra reunião do Comitê de Acompanhamento que foram feitas análises de vários projetos para o investimento de R\$ 5 milhões previsto no TAC, assim, caso esse investimento na empresa Águas de São Francisco não seja viável, que a Hydro apresente os projetos que ficaram em segundo e terceiro lugar para serem avaliados. Fica acordado que os membros **formularão questões sobre o item 2.1.4 do TAC e enviarão por e-mail para facilitar o assunto na próxima reunião.** Ficando decidido que **a próxima reunião do Comitê de Acompanhamento será no dia 27 de outubro de 2020, às 14:30h, e terá como pauta: 1) Atualização do status do Item 2.4.1 do TAC, sob responsabilidade da Hydro; 2) A continuidade da discussão sobre o Regimento Interno, ficando o IEB responsável pela sistematização e apresentação das cláusulas que já apresentam consenso entre os membros.** Finalizando a reunião, Edane Acioli agradece a participação de todos e todas. Após as manifestações dos presentes, foi dada por encerrada a reunião às 17:50h, o IEB, na condição de Secretaria Executiva, lavrou a presente ata.